



O GUARDA-SOIS

Entre o crescimento e o desenvolvimento...

É comum ouvir-se citar Leiria como exemplo de cidade portuguesa – média para alguns, grande para outros - que terá evidenciado um desenvolvimento assinalável nas últimas décadas.

Pena é, em nossa opinião, que neste caso, como em muitos outros centros urbanos se insista em confundir, consciente ou inconscientemente, crescimento com desenvolvimento (o que nos parece ser o que realmente sucede com Leiria e aglomerados populacionais envolventes).

Numa observação - que nem sequer carece ser muito atenta - facilmente se comprova o elevado índice de crescimento de novos edifícios, construídos nos últimos anos, e a proliferação de um sem número de agências imobiliárias a laborar na região, facto que parece confirmar o dinamismo deste ramo de actividade. Lamentavelmente, porém, este descontrolado crescimento verificado no sector da nova construção não encontra qualquer “remoto” paralelo no sector imobiliário dedicado à recuperação e revitalização de antigas habitações - contrariando as modernas opções europeias - concorrendo claramente, perante a passividade geral, para a insustentabilidade do modelo adoptado, perante a indiferença cúmplice dos sucessivos executivos camarários de há muito a esta data.

Alicerçado nos intocáveis “direitos adquiridos em tempos que já lá vão...”, em instrumentos de ordenamento do território incompatíveis com um desenvolvimento sustentável do território - e a carecer duma revisão que tarda em ser concluída - e numa evidente “doce complacência autárquica”, tradutora de efectiva falta de vontade política de alterar a situação que se arrasta - e nos arrasta - para uma urbe desarticulada, desproporcionada e disfuncional, o sector imobiliário encontra em Leiria - e nas dezenas de outros centros urbanos que adoptaram o modelo... - condições para impor a sua vitalidade - lamentavelmente bastante identificada com a falta de rigor estético, funcional, cultural e ambiental.

(continua)

O núcleo histórico da cidade vê os seu património edificado a degradar-se dia após dia, contribuindo para o afastamento dos seus actuais e/ou potenciais novos moradores para as periferias da cidade, onde surgem urbanizações caóticas que, aliadas a ausência de “alma”, mais não se tornam que dormitórios de trabalhadores numa urbe a que estão ligados por vias mal dimensionadas, pior conservadas e pessimamente – quando o são – servidas de transportes colectivos. Perante cenários desta natureza previsível, e a realidade confirma-o, que os espaços verdes periurbanos foram degradados, os corredores ecológicos que caracterizam as cidades desenvolvidas não existem porque foram seccionados pelo betão. E, lamentavelmente, os programas de revitalização desses corredores, bem como dos espaços verdes urbanos – inseridos no tão divulgado Programa Polis – parecem ser mais uma miragem confirmada por um relógio que teima em não se avariar... No tocante a espaços verdes, Leiria apresenta-se tristemente carenciada de áreas verdes para efectivo uso público, gravíssima falha “para uma cidade desenvolvida”. Constata-se uma desproporcionalmente baixa relação entre área urbanizada ou a urbanizar/área verde, a que se alia uma clara disfunção entre o que existe e as expectativas que deles têm os cidadãos.

O património construído, ainda que sofra algumas beneficiações, carece de mais, melhores e mais céleres intervenções de recuperação. Paralelamente, a obrigatoriedade de aplicação de distâncias e medidas de defesa impõem-se de forma a que edifícios e monumentos marcantes da cultura de um povo e de uma região não fiquem perdidos/submersos sob maciços de betão que persistem em crescer à sua volta. Torna-se imperioso alterar conceitos e práticas ou, em alternativa, forçar pela intervenção cívica o poder autárquico a conseguir dizer “não se pode construir, na defesa dos interesses dos munícipes”.

A qualidade de vida da cidade é claramente afectada pelo elevado número de automóveis circulantes no seu interior – fruto da inexistência de rede pública de transportes colectivos ecológicos com qualidade e preço adequado e da falta de uma política de ocupação do território errada, dificultando a definição dessa mesma rede, para além da falta de consciência ecológica individual.

Finalmente, numa nova clara demonstração de antagonismo entre o crescimento e o desenvolvimento da cidade surge o já tristemente famoso estádio municipal de Leiria, obra de volumetria tão desproporcionada quanto desajustada do local onde foi teimosamente implantado, agredindo o ex-libris cultural e patrimonial de cidade, o seu castelo.

Naturalmente, existem ainda espaços naturais preciosos pela sua localização e qualidade dos solos (na perspectiva agrícola e ecológica) dentro do perímetro urbano de Leiria, como sucede com terrenos da chamada “prisão-escola”. Lamentavelmente, também, “os pensadores do desenvolvimento regional” já fizeram eco das suas intenções relativamente aos mesmos (são considerados obstáculos ao desenvolvimento da cidade se não forem urbanizados, como é fácil perceber...) e a sensibilidade da Senhora Ministra da Justiça parece querer inclinar-se mais nesse sentido que no de equacionar alternativas sustentáveis para o ambiente da cidade e qualidade de vida dos seus cidadãos.

Aguardemos, então, serenamente pelas decisões políticas, para se saber o que se pretende para o futuro desta cidade, como para outras tantas deste país, continuará a ser mais crescimento, ou mais desenvolvimento. Talvez baste de crescimento do que temos recebido...

Mário Oliveira

CONVITE AOS SÓCIOS

A Oikos convida os sócios a participarem num dos percursos do Coastwatch Europe 2003, que decorrerá dia 13 de Dezembro. Se aceitar o desafio, contacte-nos através do nº de telefone 244828555 e obtenha mais informações.

FICHA TÉCNICA:

Director: Mário Oliveira

Coordenador: Diomar Ferreira

Colaboraram neste número: Mário Oliveira; Diomar Ferreira, Isabel Vieira, Alfredo Ferreira, Raquel Delgado, Jorge Figueiredo

Propriedade: OIKOS - Associação de Defesa do Ambiente e do Património da Região de Leiria

Av. Cidade de Maringá — Centro Associativo Municipal, Sala 9 — Apartado 2840 — 2401-901 — Telef.: 244 828 555 — Fax: 244 829 024

E-mail: oikosambiente@mail.telepac.pt • Internet: <http://www.terravista.pt/nazare/5199>

Depósito Legal: Nº 120442/98

Tiragem: 1.000 exemplares

Os artigos assinados exprimem a opinião dos seus autores e não necessariamente a da OIKOS.

PATRIMÓNIOS

Hoje o conceito de Património é muito mais lato do que há alguns anos atrás. Já não ficamos por aquele sentido restrito em que, quase só se pensava no Património construído e com qualidade artística.

Actualmente, consideramos Património uma vasta área de heranças tangíveis e intangíveis - o natural, o construído ou humanizado e a nossa matriz cultural e religiosa. As teorias, independentemente das direcções em que evoluem, evoluem sempre mais do que as práticas. Há sessenta anos achava-se que aquilo a que chamamos hoje "Centros Históricos" ou "Núcleos de cidades com História" eram para, pura e simplesmente deitar abaixo porque eram acanhados, insalubres e mais não sei o quê. Depois também houve quem passasse ao extremo oposto - que tudo era digno de ser guardado religiosamente" Hoje, felizmente, já se vê quem defenda os Centros Históricos com visão mais humanizada, em que não se deve descaracterizar demasiado as volumetrias e as arquitecturas, mas que se devem criar as condições suficientes para melhorar as acessibilidades e para que existam espaços de habitação ou serviços condignos e de acordo com as necessidades

actuais. Com todas estas teorias, as práticas ficaram paradas, salvo raras excepções. O Património natural tem-se vindo a degradar, cada vez mais, independentemente de serem os

aquíferos, o ar, ou as paisagens, estas sofreram um ataque nunca visto, num ano só. O construído cai em ruínas de qualquer maneira. Tanto faz estar classificado de interesse local, concelhio ou nacional, como desclassificado. Na cultura, não queria ser pessimista, mas os valores estão, quase todos, a transformarem-se em contra-valores.

Quando, há dias se comemoraram as "JORNADAS EUROPEIAS DO PATRIMÓNIO", um grupo de representantes de Associações sedeadas em Leiria e dos Partidos políticos com acento na Assembleia

Municipal organizaram "O 1º FORUM DO CENTRO HISTÓRICO DE LEIRIA". Nos vários painéis, estiveram presentes membros do Governo, técnicos de renome, tanto da vertente académica, como com



grande experiência de trabalho de campo e cidadãos em geral - leirienses ou não, mas todos interessados. A Senhora Secretária de Estado da Habitação afirmou, mais uma vez, a intenção do Governo aprovar as chamadas "Sociedades de Reabilitação Urbana" e há quem veja neste instrumento legislativo, se ele vier a

ser aprovado, a salvação dos "Centros Históricos". Eu acho que vai adiantar pouco, especialmente aqui no nosso caso. As autoridades, quer de Leiria quer do poder central precisam alterar quase totalmente a sua vontade político/administrativa e a sua relação com os cidadãos, independentemente se são proprietários no Centro Histórico ou se são futuros proprietários ou rendeiros. Os leirienses e as suas autoridades têm

de conseguir uma valoração para o Centro Histórico, que não precisa de ser, unicamente, uma valoração económica, mas que leve as pessoas a gostarem de lá viver, de lá desenvolverem os seus negócios e a sentirem que aquela zona não é uma espécie de "reserva de índios" para turista ver, nem só uma zona de animação nocturna, mas sim uma zona urbana com uma "marca" especial e bem cerzida no resto do tecido urbano.

Alfredo Ferreira - Sócio da OIKOS

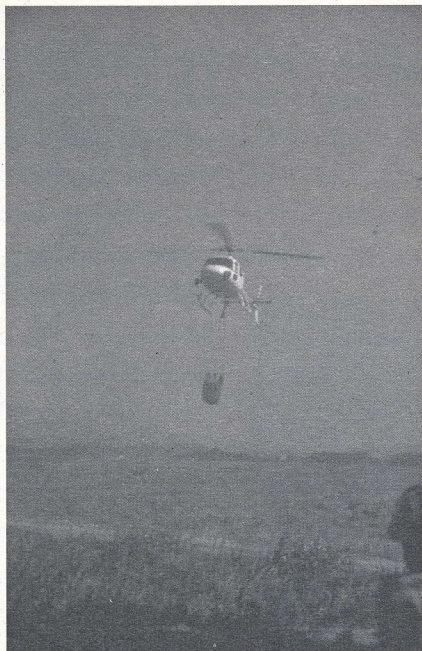
Documento enviado pela Oikos ao senhor Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente na sequência da vaga de incêndios que assolavam o país, à data do seu envio (lamentavelmente a catástrofe seria ainda maior com o decorrer do verão).

Na sequência dos incêndios florestais que assolam o país, com graves consequências também no distrito de Leiria, a Oikos – Associação de Defesa do Ambiente e do Património da Região de Leiria entende dever tecer as seguintes considerações:

- Expressar a sua profunda consternação pela perda de vidas humanas e destruição de habitações e outras estruturas vitais para que muitas famílias possam encarar o seu futuro com alguma esperança, passados os piores momentos.

- Enaltecer o esforço e empenho colocado pelas diversas instituições que combatem os incêndios no terreno, com particular realce para as corporações de Bombeiros Voluntários.

- Salientar a necessidade de se repensar todo o sistema florestal nacional, não perdendo de vista a sua vertente social e económica mas, também, a sua função ecológica, enquanto garante da manutenção e regeneração de solos, da qualidade e quantidade de recursos hídricos e da diversidade biológica, factores indispensáveis ao tão politicamente referenciado “desenvolvimento sustentável”, embora quase sempre sem expressão prática correspondente.



- Expressar, uma vez mais, que o combate aos fogos florestais assenta num vastíssimo conjunto de medidas e iniciativas - sempre sustentadas a montante por uma efectiva política de Prevenção - das quais podemos destacar:

- realização do cadastro florestal nacional, tarefa difícil e definitivamente inadiável, essencial a uma política coerente de ordenamento florestal que possa sustentar todas as demais medidas que se possam tomar relativamente à floresta;

- Proceder ao ordenamento florestal, compatibilizando a vertente económica e social com a garantia da preservação do solo e dos recursos hídricos, promovendo a diversidade biológica;

- Integrar os resultados da investigação científica nas decisões a tomar, assegurando a sustentabilidade dos ecossistemas, a sua produtividade futura e minimizando os riscos de incêndio;

- Repensar o conjunto dos incentivos prestados pelo Estado (apoios directos à reflorestação, incentivos fiscais, etc.) face ao tipo de espécies desejáveis para a floresta nacional – pensada numa perspectiva de futuro – incentivando a adequação das espécies aos ecossistemas e penalizando a massificação da florestação com recursos a espécies exóticas;



- Promover a obrigatoriedade da formação dos silvicultores, orientando a formação numa perspectiva do desenvolvimento da “silvicultura preventiva” para o país;

- Tornar obrigatória a limpeza atempada das matas e florestas por parte dos seus proprietários, criando incentivos à organização cooperativa para tais fins, se necessário, começando o Estado por dar o exemplo através da forma como trata os baldios e as matas nacionais.

- Equacionar a integração excepcional de efectivos das Forças Armadas Portuguesas, particularmente a Força Aérea e Exército, nas missões de prevenção e combate aos incêndios florestais, certos que proteger o ambiente e a floresta também são objectivos enquadráveis no conceito de Defesa Nacional;

- Criar e/ ou reestruturar estruturas locais, regionais e nacionais associadas à floresta que cumpram efectivamente as funções para que foram criadas e

mantidas, orientando, formando, fiscalizando e punindo, se necessário;

- Realizar todas estas, e muito mais iniciativas de pormenor, perfeitamente descritas e especificadas por uma vasta diversidade de entidades (há já bastantes anos...), a curto prazo, não continuando a adiar – injustificadamente – medidas consensualmente reconhecidas como fundamentais para a qualidade da floresta portuguesa e para a prevenção dos fogos florestais;

- Exigir que se faça cumprir o quadro legislativo nacional relativamente à produção e gestão florestal;

- Assegurar que as medidas elementares de prevenção sejam asseguradas em tempo útil, não subestimando o “fogo”, como pareceu ter sucedido este ano, onde se sobrepuseram critérios financeiros aos funcionais, dando razão à sabedoria popular que sempre afirmou “mais valer prevenir que remediar” (lamentavelmente, apenas nos resta remediar, este ano...);

- Promover encontros técnicos (cujos trabalhos e conclusões sejam efectivamente para levar em linha de conta na prevenção, planeamento e gestão da floresta, incluindo nesta política o combate aos fogos florestais) envolvendo todas as entidades – entre as quais as ONGA – cuja acção possa contribuir de alguma forma para repensar a floresta nacional, em tempo útil, isto é, enquanto houver floresta.

- Numa medida de emergência – e efectivamente controlada - inviabilizar a reflorestação anárquica e desordenada, evitando a reflorestação com espécies exóticas que venham a contribuir para a erosão dos solos e redução da recarga de aquíferos no próximo inverno, agravando mais ainda o estado de calamidade dos ecossistemas ora destruídos.

Leiria, 5 de Agosto de 2003
O Presidente da Direcção
Mário Oliveira

Grifo anilhado em Espanha recolhido no Pedrógão com a colaboração da Oikos

Um grifo (*Gyps fulvus*) juvenil de grande envergadura, anilhado em Espanha pelos serviços de protecção ambiental daquele país, bastante debilitado mas sem quaisquer outras marcas evidentes de ferimentos ou maus tratos eventualmente infligidos, foi recolhido na praia do Pedrógão, no sábado, dia 13 de Setembro de 2003, cerca das 19.30 horas por dois vigilantes do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (PNSAC), em colaboração com a Oikos e os Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria.

A ave havia sido avistada pela manhã, repousando sobre uma chaminé de um edifício daquela povoação. Já na parte da tarde, o alerta foi dado para a Oikos – Associação de Defesa do Ambiente e do Património da Região de Leiria por um grupo de cidadãos de elevada sensibilidade para este tipo de questão ambiental (cuja atitude deverá ser destacada em todo o processo), e esta associação contactou de pronto os vigilantes do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (PNSAC), solicitando a sua urgente intervenção no sentido de se recolher prontamente o referido grifo e lhe prestar os cuidados devidos.

Contribuindo ainda para que esta acção tivesse decorrido com sucesso há a realçar a pronta colaboração dada pelos Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria que, também eles de forma imediata se disponibilizaram para colaborar na recolha da ave na chaminé de um

edifício de quatro andares, bem como a simpatia com que os residentes se prontificaram a colaborar na operação.



"Retirado da Internet"

Aproveitando esta acção, a Oikos solicita a todos os cidadãos que, caso se deparem com animais debilitados ou feridos contactem aquelas instituições de forma a que se possam recolher as aves no mais curto espaço de tempo e proporcionar-lhes o tratamento adequado e posterior restituição ao seu ambiente natural, como sucederá com este exemplar duma espécie da qual se estima existirem apenas cerca de 500 casais no território português.

Contributos da Oikos - Associação de Defesa do Ambiente e do Património da Região de Leiria, relativamente EIA do IC9, entre Nazaré e a EN1, enviados ao Instituto do Ambiente

Introdução

O presente documento contém um conjunto de contributos considerados relevantes pela Oikos e justificadores da análise e posterior incorporação no Estudo de Impacte Ambiental do IC9 – Lanço Nazaré/Alcobaça/EN1 e Zonas industriais de Alcobaça e da Nazaré.

O presente documento surge na sequência da análise realizada por esta associação relativamente ao traçado proposto, tendo sido valorizados os descritores associados ao património ambiental natural e construído, bem como os associados à componente social e ao quotidiano dos cidadãos que residem, trabalham e percorrem regularmente a via em análise.

Tendo em consideração as boas relações existentes entre a ADEPA – Associação de Defesa e Valorização do Património Cultural da Região de Alcobaça e a Oikos – Associação de Defesa do Ambiente e do Património da Região de Leiria, permitindo a troca de opiniões e informações, a Oikos procedeu à análise do documento enviado por aquela associação ao Ex.mo Coordenador do EIA do IC9, tendo com ele concordado na íntegra, tendo sido decidido pela Direcção desta associação subscrevê-lo.

Tal facto, porém, não obvia a que a Oikos deixe de enfatizar algumas situações consideradas mais relevantes e, por isso, dignas de maiores cuidados e rigor em fase de estudo e posterior discussão do EIA.

Contributos

Os traçados propostos, para o início a IC9, até próximo de Valado dos Frades e zonas industriais, desenvolvem-se em grande parte em área de pinhal no qual existem lagoas - cuja importância ecológica não está suficientemente estudada - revelando um potencial paisagístico e social interessante e a preservar, pelo que se recomenda uma particular atenção e cuidado na fase de estudo e definição de traçado, bem como em fase de obra e na implementação de eventuais medidas de minimização a adoptar.

Em toda a extensão do vale do Rio do Meio desenvolve-se uma rica e diversificada actividade agrícola. Tal decorre

do elevado potencial agrícola dos solos, da riqueza dos aquíferos regionais, indissociáveis da elevada permeabilidade dos solos e da existência de um nível freático é muito superficial e, por isso, muito susceptível de contaminações. Esta realidade reflecte-se numa grande dependência social e económica das populações residentes.

Acresce ainda o elevado potencial turístico associado à existência de águas termais de qualidade reconhecida e proteger a todo custo.

Assim, a Oikos considera que:

- Todo o traçado deverá ser desenvolvido de forma a reduzir ao máximo os impactes sobre a actividade agrícola e sobre os recursos hídricos.

- Os viadutos apresentados têm uma dimensão considerada insuficiente, devendo **todo o vale agrícola** ser atravessado por recurso a este tipo de obra, minimizando os prejuízos infligidos ao sector

- A opção por viaduto viabiliza uma maior mobilidade da fauna existente, garantindo melhores condições de segurança para todos os utentes da via, reduzindo-se atropelamentos e acidentes deles decorrentes.

- Deverá ser assegurada a construção de tanques de recepção, retenção e tratamento de líquidos residuais drenados das vias a construir, em número e locais previamente estudados, garantindo a qualidade dos recursos hídricos de superfície e profundidade, bem como dos géneros agrícolas alimentares produzidos nas áreas afectadas.

- Deverá ser assegurada a monitorização da qualidade dos tratamentos realizados sobre os líquidos residuais recolhidos, qualidade final dos mesmos e equacionar o destino a dar-lhes, não perdendo de vista o potencial agrícola e termal regional.

Apesar de relativamente distante do corredor a utilizar no atravessamento do Vale da Ribeira da Granja, a enorme riqueza biológica da encosta Norte da Quinta das Cidreiras deverá ser tida em consideração para que, em situação alguma, possa vir a ser afectada em qualquer fase da obra a realizar.

Relativamente ao atravessamento longitudinal do Vale da Ribeira da Granja, a Oikos vê com apreensão a possibilidade de entulhamento da referida ribeira, devendo ser acautelada esta hipótese.

As passagens junto a quaisquer povoações, ao longo de todo o traçado, deverão ser acompanhadas de medidas de minimização dos efeitos do ruído sobre as populações, bem como do impacte paisagístico da obra. Deverão ser criados largos corredores laterais de espécies arbóreas e arbustivas ecologicamente acertadas, garantido a diversidade biológica adequada aos ecossistemas atravessados e, simultaneamente, a função isoladora do som. Deste modo, pretende-se evitar a instalação de barreiras de som cuja implantação se revela agressiva do ponto de vista paisagístico e natural, em nada contribuindo para a manutenção da biodiversidade.

O atravessamento do Vale da Ribeira do Mogo é motivo de especial preocupação da Oikos e demais associações de defesa do ambiente regionais. Atendendo ao imenso trabalho desenvolvido pela ADEPA nesta área, aliado ao profundo conhecimento que detém do terreno e respectivos ecossistemas, a Oikos entende ser relevante a deslocação da equipa do EIA ao terreno e a realização dos contactos sugeridos por aquela associação.

Em anexo foi ainda apresentado o parecer técnico relativo ao património construído e arqueológico regional, elaborado por Jorge Figueiredo, arqueólogo e associado colaborador da Oikos, que abaixo se apresenta:

Considerações sobre o património arqueológico

Presentemente, não se encontram confirmados sítios arqueológicos sobre o traçado proposto.

No entanto, a análise do traçado permite identificar vários sectores que,

em fase de levantamento, deverão merecer redobrada atenção e, em fase de obra, um acompanhamento particularmente assíduo. Assim, o traçado proposto atravessa duas áreas **potencialmente mais sensíveis** do ponto de vista arqueológico:

Área 1 – Dos 10 000 metros aos 11 500 metros do traçado

Trata-se de uma zona sobranceira a um itinerário identificado como romano, segundo Vasco Gil Mantas. Este itinerário sobrevive, de forma residual, a sul da localidade de Boavista. Tratar-se-ia da grande via oceânica, com um papel equiparável ao assumido actualmente pela A 8 na rede de comunicações Norte/Sul da fachada atlântica peninsular. Como tal, tratava-se de um elemento polarizador de povoamento e constitui um indício a não descurar, ainda que a via em si mesma não seja afectada pelo IC 9.

Área 2 – Dos 13 500 metros aos 16 000 metros do traçado

Este segundo sector é particularmente sensível, dado atravessar o Vale da Ribeira do Mogo, que constitui em si mesmo um território arqueológico. Este vale encerra um importante núcleo de ocupação antiga, do Neolítico à época romana. Numerosas cavidades e grutas foram identificadas por M. Vieira Natividade, nos finais do século XIX, com contextos sepulcrais e ocupações diversas. O traçado atravessa o vale, a Norte, numa zona que poderá ter ocupações ainda não identificadas.

MEDIDAS PROPOSTAS

1 – Prospecção sistemática antes do início da obra, com particular incidência nas **áreas potencialmente mais sensíveis**.

2 – Realização de sondagens arqueológicas e eventuais escavações em área, antes do início da obra, nos sítios arqueológicos que venham a ser identificados ao longo da prospecção.

3 – Acompanhamento arqueológico presencial, contínuo e interventivo, em fase de obra, de todas as movimentações de terra sobre o traçado, nas zonas de estaleiros e nas áreas de vazadouro/empréstimo, até serem atingidos níveis geológicos que, comprovadamente, não apresentem vestígios de origem antrópica.

4 – Realização de intervenções localizadas (sondagens/escavações), sempre que o acompanhamento arqueológico resulte na identificação de contextos arqueológicos de manifesto interesse científico.

5 – Os trabalhos de construção deverão confinar-se, tanto quanto possível, às áreas previamente definidas, de forma a minimizar impactes negativos não previsíveis.

6 – Para áreas de vazadouro de terras sobranceiras, devem ser privilegiadas áreas de potencial arqueológico baixo ou nulo, tais como pedreiras contemporâneas abandonadas (principalmente entre Aljubarrota e a EN 1), desde que estas opções não colidam com orientações específicas do EIA, na sua vertente de **património natural**.

Para a efectivação das presentes medidas, em fase de obra, considera-se fundamental uma coordenação contínua entre construtor e o(s) arqueólogo(s) afecto aos trabalhos de acompanhamento, devendo este(s) ter acesso à calendarização semanal/quinzenal dos trabalhos de construção e uma informação actualizada das áreas seleccionadas para instalação de estaleiros, centrais de betão, vazadouro e empréstimo de terras.

Leiria, 30 de Julho de 2003

O Presidente da Direcção
Mário Oliveira

Posição da Oikos em consequência da emissão do programa "Planeta Azul", em 22 de Setembro, na RTP 1

(documento enviado ao Senhor Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente,
com conhecimento à Comunicação Social)

Na sequência da emissão do programa "Planeta Azul", na RTP 1, no passado dia 22 de Setembro, a Direcção da Oikos – Associação de Defesa do Ambiente e do Património da Região de Leiria também assistiu – tão incrédula quanto indignada – às situações nele apresentadas. Em resultado da análise mais cuidada ao conteúdo do referido programa, a Direcção da Oikos entendeu:

I – Exigir ao Senhor Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente a urgente instauração de rigoroso inquérito aos serviços do Instituto da Conservação da Natureza, para averiguação de responsabilidades técnicas e funcionais sobre todo o processo que conduziu à formação e actuação, a todos os títulos negligente e pouco digna, da equipa de técnicos responsável pelo resgate dos felinos, operação que se saldou pela morte de três deles, conforme se viu na peça televisiva;

II – Exigir que os resultados do referido inquérito sejam inequívocos e consequentes, sendo tornados públicos, para salvaguarda do bom nome da instituição I.C.N. e de todos os seus técnicos e vigilantes que, com competência e dedicação, se entregam – em condições quantas vezes tão difíceis – à causa da Conservação da Natureza.

III – Exigir ao Senhor Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente que mande proceder a profunda investigação, com apuramento de responsabilidades e pública divulgação dos resultados obtidos, sobre o processo pouco ético, se não ilegal (conforme se constatou nas imagens exibidas), utilizado pelos responsáveis pelo Zoo de Lisboa, no encaminhamento dos animais em questão – dos quais foi exibida factura – e de

outros eventualmente já transaccionados para parques zoológicos existentes um pouco pelo país;

IV – Exigir a inspecção, e divulgação dos resultados apurados, a todos os parques zoológicos existentes no país, com averiguação do cumprimento de todas as normas legais em vigor, particularmente na aquisição e manutenção de animais de espécies protegidas por convenções subscritas por Portugal;

V – Exigir a criação de equipas dedicadas à detecção e desmantelamento de eventuais redes de tráfico de espécies protegidas por convenções subscritas por Portugal, nomeadamente a Convenção sobre Comércio de Espécies da Fauna e Flora Selvagem Ameaçadas de Extinção (CITES), dando público conhecimento da sua actuação e resultados obtidos com a mesma;

VI – Exigir que se proceda à pública divulgação do conteúdo das várias convenções subscritas por Portugal no domínio da Conservação da Natureza, particularmente através da implementação de programas de sensibilização e educação ambiental a desenvolver pelas entidades com responsabilidade na matéria;

A Direcção da Oikos gostaria ainda de felicitar a equipa que produziu e realizou o programa "Planeta Azul" de 22 de Setembro, bem como a RTP, pelo relevante contributo prestado à Conservação da Natureza através do serviço público de televisão.

Leiria, 24 de Setembro de 2003

Mário Oliveira

Presidente da Direcção

BANDEIRA AZUL DA EUROPA - 2003

Nos meses de Julho, Agosto e Setembro, decorreram, mais uma vez, as actividades ligadas à Bandeira Azul da Europa 2003, na Praia do Pedrógão.

A Oikos, com a colaboração da Câmara Municipal de Leiria, desenvolveu um conjunto variado de actividades cujo principal objectivo pretendeu ser a consciencialização da população para os problemas do ambiente costeiro e fluvial, incentivando acções que contribuam para a sua resolução.

Neste âmbito, foram realizadas as seguintes actividades:

- 4 palestras/debate – "Conversar sobre o nosso Litoral", foi o tema escolhido para a campanha - 2003.



Estas palestras decorreram no Centro Azul da Praia do Pedrógão, durante os meses de Julho, Agosto e Setembro.

- Colocação de placards – Foram colocados 6 placards em vários acessos pedonais à praia. A informação privilegiou a sensibilização para a protecção do litoral, os problemas decorrentes dos resíduos deixados nas praias e ainda os comportamentos a ter pelos utentes.

- Acampamento ambiental – Esta actividade contou com a participação, sempre positiva, de 20 enérgicos jovens que se dedicaram à realização de acções de sensibilização na praia, este ano mais

direccionadas para os resíduos. Uma das acções desenvolvidas foi de limpeza da praia, que culminou com uma exposição alusiva aos resíduos, no Centro Azul.



- Protecção dunar - Construção de duas estruturas leves de protecção nas dunas a norte e sul da praia do Pedrógão, numa extensão de 700 metros.

- Coastwatch europe 2003 – O Coastwatch Europe 2003 – Região de Leiria ainda não está concluído. As acções de observação e registo de dados sobre o estado das

praias na Região, irá desenrolar-se nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro com a colaboração de várias escolas da região, sócios da Oikos e população em geral.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO Novas aquisições

Continuando a enriquecer o seu Centro de Documentação, permitindo responder melhor aos anseios dos associados e demais utentes, a Oikos adquiriu, ao longo do ano de 2003, os seguintes títulos:

TÍTULO	EDITORA	AUTOR
Vida na água	Marus	Moore, Gilliam e outros
Procura os animais da Terra	Girassol	Rovira Pere
Procura os animais da tua cidade	Girassol	Rovira Pere
Procura os animais da tua quinta	Girassol	Rovira Pere
Grande enciclopédia das ciências, tecnologia e natureza - Ecologia	Marus	Diversos
Qualidade do Ar	I.S.Q	Gomes João
Enciclopédia das aves	Livros e Livros	Bejcek, Vladimir e outro
Peixes de aquário	Plátano	Laurence E.
Energias alternativas	Civilização	Frances Peter
Sivicultura Geral	Litexa	Costa Mário
Nova flora em Portugal	Escolar	Franco João e outros
Guia do Ambiente	Monitor	Braga Jaime
Guia da Energia	Monitor	Ramage Janete
Léxico Panlatino de Terminologia do Ambiente	Lidel	Lino Teresa Maria e outros
Cuidar o Futuro	Trinova	Diversos
Geografia de Portugal	Estampa	Medeiros Alberto Carlos
Agricultura Biológica	Euroagro	Indrio Francesco
Microbiologia em acção	Replacação	Heritage. John e outros
Peixes de Aquário de Água Doce	Dinalivro	Kingsley Rebeca
Solos e Clima em Portugal	Clássica	Cerqueira Joaquim
Aquecimento Global	Civilização	Frances Peter
O Pequeno é Estúpido	Dinalivro	BeckermanWilfred
Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento	Cortez	Vieira Freire Paulo

Documento enviado pela Oikos - Associação de Defesa do Ambiente e do Património da Região de Leiria ao Instituto do Ambiente, no âmbito da Consulta Pública do Processo de Avaliação de Impacte Ambiental da Estação de Tratamento de Águas Residuais Norte

Introdução

O presente documento manifesta o parecer da Oikos relativamente Estudo de Impacte Ambiental da Estação de Tratamento de Águas Residuais Norte.

Este texto surge na sequência da análise realizada por esta associação relativamente ao documento proposto, tendo sido valorizados os descritores associados ao património ambiental natural e construído, bem como os associados à componente social e ao quotidiano dos cidadãos que residem e/ou trabalham nas regiões envolventes.

Apreciação do EIA

Tomando como correctas as informações fornecidas no documento apresentado, aliadas ao conhecimento de campo detido por esta associação relativamente à região em causa, a Oikos entende:

a) Manifestar sua preocupação pelo facto da localização proposta para a ETAR se situar em Reserva Ecológica Nacional aceitando, no entanto, como válida a menor riqueza biológica e paisagística da área considerada.

b) Revelar a sua muito grande preocupação com o facto da região em estudo ser localizada, comprovadamente, numa zona de máxima infiltração, o que levanta as maiores apreensões quanto à realização de uma obra desta natureza (pelos riscos de infiltração existentes, aliados à natureza das matérias a tratar e dos produtos químicos utilizados no referido tratamento), sendo exigível que se avaliem pormenorizadamente todos os riscos e se tomem todas as medidas preventivas que tal situação requer, na salvaguarda dos recursos hídricos regionais.

c) Demonstrar a sua preocupação por não serem claramente caracterizados e quantificados os efluentes provenientes dos resíduos industriais a tratar, não sendo, por isso, avaliados os riscos decorrentes da sua eventual permanência nas lamas residuais e/ou nos

efluentes a lançar no rio Lis, nem apontados meios e técnicas de neutralização dos mesmos a adoptar pela ETAR.

d) Apresentar a sua apreensão pelo facto de não ter sido referida a presença de resíduos farmacológicos e seus metabolitos nos efluentes provenientes de suiniculturas. A Oikos entende que a sua presença e caracterização devem constar das análises a efectuar sobre os referidos efluentes, exigindo que sejam tomadas todas as medidas de controle e prevenção que tal situação acarreta. A Oikos entende ainda como fundamental a divulgação pública da durabilidade e perigosidade da acção destes compostos sobre a saúde pública, bem como do plano de monitorização da sua presença e tratamento.

e) Que a caracterização analítica detalhada dos recursos hídricos de profundidade e superfície (nomeadamente das valas de rega/enxugo existentes a Sul da ETAR e do rio Lis) na área de intervenção do projecto, deverá ser realizada antes e durante o prazo de actividade da ETAR, assegurando o cumprimento de todas as normativas legais relacionadas com a qualidade da água, concretamente pelo cumprimento da Directiva Quadro da Água. A Oikos entende que, ao contrário do referido na página 23 do *Resumo não Técnico*, onde se aponta para a realização **no mínimo mensal** de análises aos efluentes da ETAR, deverá haver lugar a análises com periodicidade **no mínimo semanal**. Entende ainda esta associação que os valores obtidos através dos diversos momentos do processo de monitorização devem ter ampla divulgação pública.

f) Que a possibilidade, referida no documento, das lamas resultantes do processo de tratamento da ETAR poderem ser usadas para mistura nos solos agrícolas envolventes, deverá sempre depender das análises (já referidas na alínea d)) efectuadas às referidas lamas, bem como aos solos receptores (sabida que é a falta de conhecimento relativo aos constituintes dos solos e sua carga em agroquímicos por parte dos seus proprietários/utilizadores). Deste modo, pretendemos

que seja evitada, a todo o custo, a possibilidade de contaminação dos solos, dos alimentos neles produzidos, nas cadeias alimentares directa ou indirectamente relacionadas com os solos receptores e a contaminação de recursos de água afectados por aqueles solos.

g) Manifestar a sua preocupação pelo risco de incêndio resultante da acumulação/reserva de metano e respectiva queima, exigindo um plano de emergência proporcional ao risco calculado. Entende ainda que tal plano deverá estar em consonância com toda a estratégia de prevenção e actuação coordenado pelas entidades competentes, particularmente pelo Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil. Deve, ainda, ser estudado um sistema de seguro de pessoas e bens a afectar aos residentes/proprietários das povoações envolventes, para fazer face a qualquer irregularidade decorrente do processo de armazenamento e combustão dos referidos gases.

h) Concordar com a eliminação de cheiros emitidos em resultado do processo de tratamento através de todos os meios técnicos propostos. No entanto, esta associação entende que o reforço das cortinas arbóreas a implantar na envolvente da ETAR (onde se deverá reforçar com novas espécies a barreira vegetal ora existente, constituída essencialmente por pinheiros), associada à criação de cortinas arbustivas e arbóreas (constituídas por ripícolas) ao longo das valas de enxugo/rega, bem como nas margens do rio Lis (ou nas suas motas), evitará que os cheiros possam afectar as povoações e residentes mais próximos. Deverá também ser iniciado um processo de criação de cortinas arbóreas (de ripícolas) ao longo das vias rodoviárias a utilizar pelas viaturas de transporte de efluentes, minimizando os seus impactes paisagísticos e os cheiros emanados. **Este processo de arborização deverá ser iniciado desde já, garantindo a sua eficácia no momento de início de funções da ETAR.**

i) Que, ainda relativamente ao processo de monitorização dos cheiros emitidos, **a mesma deverá ocorrer antes do processo se iniciar**, devendo ser realizada em todas as localidades vizinhas da área de implantação da ETAR (particularmente na Casal da Anja, Passagem, Coimbrão, Sesmaria) e regularmente, após a sua entrada em funcionamento, assegurando a verificação da fiabilidade do tratamento realizado.

j) Manifestar a sua discordância com a utilização de solos de elevada aptidão agrícola – considerados RAN e REN – para a construção de todo o sistema interceptor e entende que, a todo o custo, se deverá evitar destruir terrenos com tais aptidões (nomeadamente pelo seu atravessamento por emissários de chegada de efluentes

e drenagem de águas residuais), assegurando sempre indemnizações consentâneas com o uso/benefício que os proprietários fazem/retiram dos referidos solos e do seu valor intrínseco.

k) Que, relativamente às medidas de minimização a realizar sobre as vias de acesso, as obras de recuperação deverão ser realizadas durante a fase de instalação e **ao longo do tempo de vida da ETAR**, assegurando condições de circulação que serão afectadas pelo uso regular das vias por transportes pesados, o que não sucede actualmente.

l) No referente aos benefícios sócio-económicos resultantes da criação de vagas para emprego na região de implantação da ETAR, que as mesmas deverão ser preenchidas equitativamente por residentes nas localidades circunvizinhas, particularmente as mais passíveis de serem afectadas pela instalação da estrutura.

A Oikos entende ainda que a instalação e funcionamento de uma estrutura com esta envergadura deverá ser acompanhada por uma Comissão de Acompanhamento e Fiscalização, com uma composição o mais alargada possível, que inclua nomeadamente:

- Representante do Ministério do Ambiente.
- Representantes das Juntas de Freguesia da área envolvente.
- Representantes das Associações de Defesa do Ambiente.
- Representantes das Instituições de Ensino e Investigação.
- Representantes dos cidadãos, de reconhecida independência e formação técnico-científica.

A referida Comissão deverá ter acesso - sem necessidade de aviso prévio - às instalações, bem como aceder a todos os registos, de todos os parâmetros avaliados, devendo contar com todo o apoio técnico necessário - com os respectivos encargos financeiros suportados pela SIMLIS - para a recolha de todo o tipo de informação e amostras.

Deverá ainda poder efectuar análises a todos os parâmetros, sempre que julgado necessário, e, em entidade por si escolhida, sendo todos os custos suportados pela SIMLIS.

Leiria, 12 de Agosto de 2003
O Presidente da Direcção
Mário Oliveira

Boletus edulis

(cogumelo-bom; moncoso; míscaro)

Espécie: *edulis*
 (do latim, que significa “comestível”)
 Género: *Boletus*
 Família: *Boletaceae*
 Ordem: *Hineniales*
 Classe: *Basidiomycete*
 Filo: *Dikaryomycota*
 Reino: *Eumycota* ou *Fungi*

Os boletos são, talvez, os cogumelos mais conhecidos entre aqueles que passeiam pelos pinhais. São solitários ou gregários e frutificam durante pouco tempo, depois da estação chuvosa. Esta espécie é comestível, mas, atenção, há boletos muito indigestos! Os boletos são membros de um grande grupo de fungos caracterizados pela formação de esporos ou corpos reprodutivos numa estrutura microscópica altamente especializada chamada basidium (plural basidia).

O “fruto” dos boletos é um cogumelo típico. Tem como função a produção de basidia e, por isso, designamo-lo como basidiocarpo (ver figura 1).

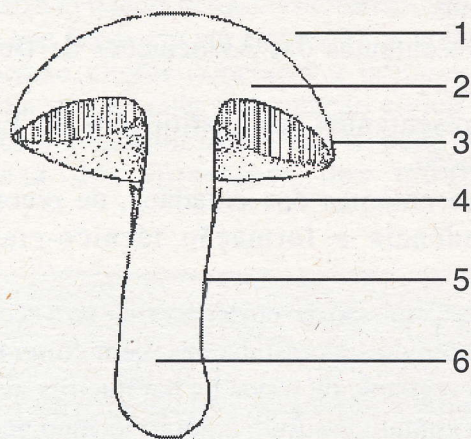


Figura 1 – Secção longitudinal do basidiocarpo do boletus

1. píleo ou chapéu castanho-claro a castanho-mate, viscoso; com o tempo vai ficando mais aplanado e mais carnudo (carne branca)
2. tecido do chapéu
3. tubos primeiro branco-acinzentados, passando a amarelos e, por fim, esverdeados, cavados à volta do pé
4. anel (ausente neste grupo)
5. pé ou estipe áspero, vermelho-pardacento sobre um fundo branco, com a parte superior reticulada
6. bolbo do pé

Embora seja este o seu aspecto mais visível e, aparentemente, aquele que melhor nos serve (sobretudo à mesa), é por baixo do cogumelo que o interesse é ainda maior.

Do pé do basidiocarpo saem uns filamentos muito finos que se



ramificam no solo e se associam às raízes das árvores mais próximas, geralmente os pinheiros. À volta das raízes das árvores, os boletos formam um emaranhado de filamentos (hifas) que sugam produtos da fotossíntese do pinheiro; em troca, os boletos conferem à árvore benefícios altamente compensatórios. Boletos e pinheiros formam assim uma parceria (ectomicorrizal) que tem sobrevivido desde há milhões de anos; um casamento de interesses que acaba não só por beneficiar as espécies envolvidas, como os ecossistemas onde estão presentes e, conseqüentemente, um conjunto de organismos que, como nós, vivem e exploram os recursos da floresta. Os boletos, em particular as suas hifas, guardam em si capacidades extraordinárias para a conservação das florestas:

- têm uma capacidade extraordinária de absorver água, de tal forma que, quando não chove, as raízes podem usufruir da humidade que elas conservam;
- produzem ácidos que facilitam a absorção de nutrientes pelas raízes da árvore hospedeira e dificultam a acção patogénica dos microorganismos sobre ela;
- produzem hormonas vegetais de crescimento, promovendo deste modo um maior desenvolvimento das raízes e, conseqüentemente, uma maior capacidade de alimentação de toda a árvore.

É fácil agora entendermos por que deve ser evitada a apanha indiscriminada de boletos, assim como outros cogumelos micorrizais na natureza! Com os cogumelos no prato não há libertação dos esporos e sem esporos não há a germinação das hifas; sem hifas micorrizais as árvores perdem capacidade de crescimento, alimentação e combate a doenças microbianas. Sem árvores...

Isabel Vieira